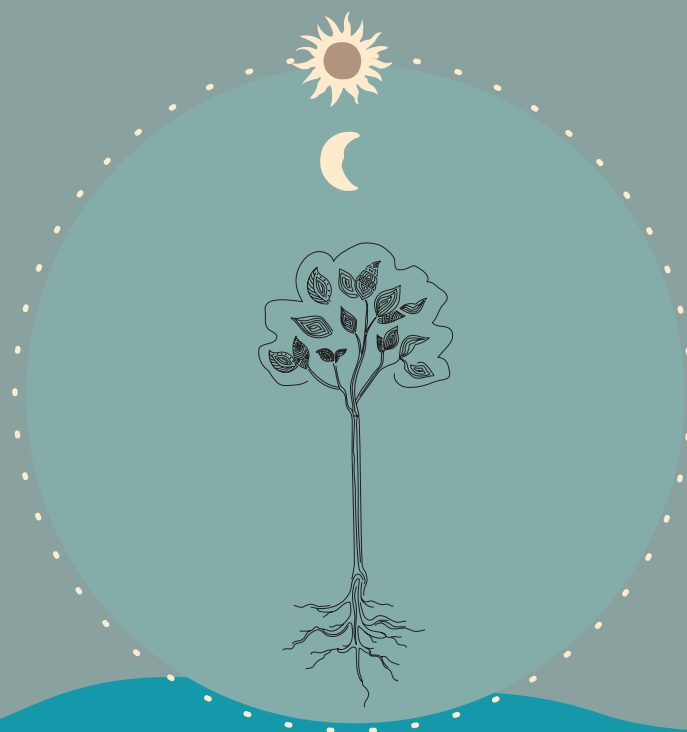




ANINHAMENTO

de Projetos





EXPEDIENTE

Autores: Pablo Pacheco e Melissa Panhol

Revisão: Nícia Coutinho, Debora Batista, Suellen Manguiera e Tiana Marculino

Diagramação e Ilustrações: Lica Donaire

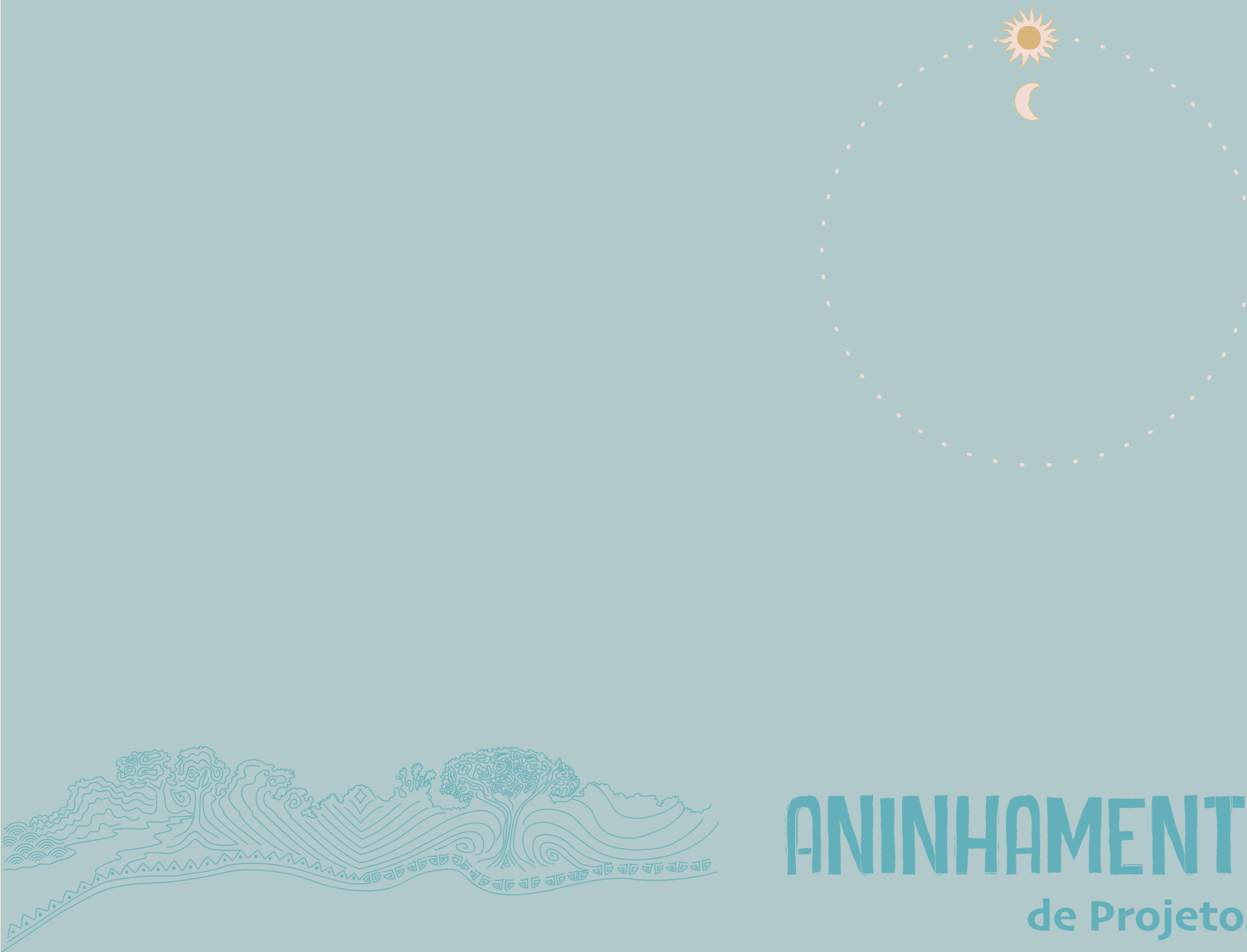
Realização: Iniciativa Comunidades e Governança Territorial - Forest Trends

Equipe: Beto Borges, Marcio Halla, Nícia Coutinho, Maria Barcellos, Debora Batista, Suellen Manguiera, Melissa Panhol, Camilla Aleixo, Lorena Cordova

Apoio: Fundação Walmart



A pesquisa incluída nesta cartilha foi viabilizada com o apoio financeiro da Fundação Walmart. As conclusões, achados e recomendações apresentadas nesta cartilha são de exclusiva responsabilidade da Forest Trends e não refletem necessariamente as opiniões da Fundação Walmart.



ANINHAMENTO de Projetos

2025



CARTILHA 5

Aninhamento de Projetos

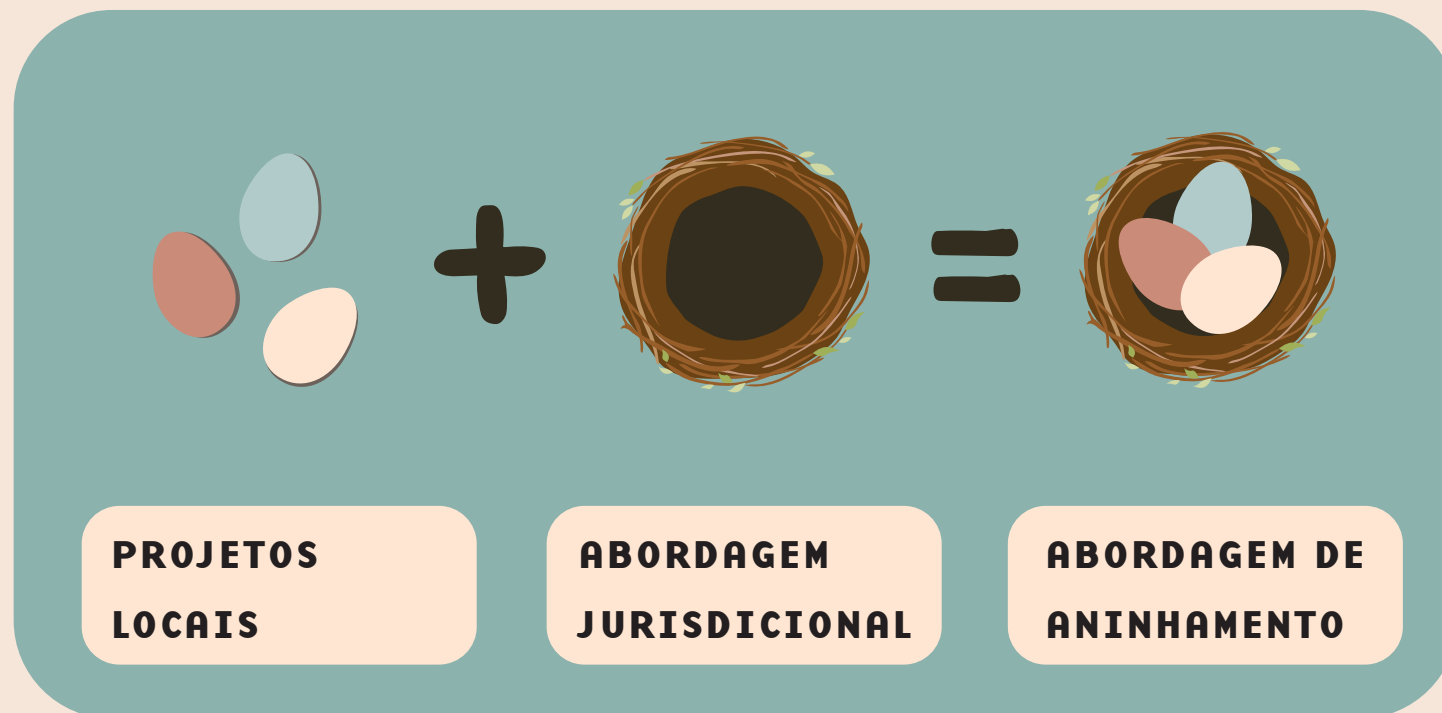
Esta cartilha tem como objetivo explicar o que é o aninhamento de projetos REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), como ele funciona na prática, quais seus princípios e desafios, e de que forma essa abordagem pode contribuir para a integração entre iniciativas locais de conservação florestal e programas jurisdicionais (que são projetos de REDD+ realizados por governos).

Esta cartilha é o quinto volume da série “Entendendo o Financiamento Climático” produzida pela Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends em parceria com a Greendata e com apoio da Fundação Walmart. Para acessar os demais capítulos, visite o [site da Forest Trends](#).



Introdução ao aninhamento de projetos

Na cartilha anterior, aprendemos sobre a Coalizão LEAF e o padrão ART TREES, que permitem, respectivamente, o financiamento e a certificação para a execução de **programas jurisdicionais de REDD+**. Nesta cartilha, vamos aprender como os projetos locais podem ser integrados a esses programas em maior escala por meio de um processo chamado **aninhamento**.



Para entender o que é o aninhamento, é importante conhecer a diferença entre os projetos locais independentes, e aqueles que optam por se aninhar no contexto do REDD+ jurisdicional.

Os projetos independentes, ou iniciativas locais, são criados e conduzidos por comunidades, associações, ONGs ou empresas, de forma **autônoma**. Sendo estes, os responsáveis por todo o processo: desde o cálculo das emissões evitadas, até a certificação e a venda dos créditos de carbono no mercado voluntário. Apesar de terem mais liberdade para decidir como funcionam, esses projetos podem enfrentar dificuldades, como a falta de reconhecimento por parte dos governos, o risco de terem suas reduções de emissões de gás carbônico (CO₂) contadas duas vezes na escala nacional (dupla contagem) e a pouca ligação com políticas públicas.



Já os projetos aninhados são a **integração de projetos REDD+ da escala local a programas jurisdicionais em escalas ampliadas**, como os de estados ou províncias, ou mesmo a nível nacional. A opção por essa abordagem contribui para que os esforços locais estejam alinhados com metas regionais ou nacionais de redução de emissões e evita problemas como a dupla contagem, assim como outros como o vazamento de emissões e a falta de permanência, que vamos aprender em detalhe mais à frente, e também a falta de integração com políticas públicas.

Na abordagem aninhada de REDD+, caso se opte por essa via, a conexão entre projetos locais de conservação florestal desenvolvidos por comunidades, organizações não governamentais ou empresas podem contribuir para os

objetivos da jurisdição, **mantendo sua identidade, certificação e recebendo os benefícios pelos resultados alcançados**. O grande objetivo desse processo é buscar harmonizar metodologias e a contabilização da redução de emissões para que resultados locais e jurisdicionais sejam consistentes.

Esse modelo permite uma **contabilidade mais eficaz, incentiva a participação em mercados de carbono e promove um alinhamento entre diferentes escalas de ação**. Para funcionar bem, o aninhamento exige uma governança sólida, com acordos sobre repartição de benefícios, monitoramento integrado e salvaguardas que garantam os direitos dos Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais.



Apesar do potencial, ainda há desafios, como a coordenação entre diversos atores, a complexidade técnica da contabilidade integrada e a garantia da distribuição justa dos recursos gerados pelos projetos.

Embora o aninhamento de projetos REDD+ possa assumir diferentes formas e ocorrer em diferentes escalas, incluindo arranjos entre projetos comunitários, iniciativas privadas, e mecanismos nacionais voluntários, esta cartilha tem como foco principal o **aninhamento de projetos locais em programas jurisdicionais de REDD+**, ou seja, programas liderados por governos (locais, regionais ou nacionais), que são responsáveis por definir uma linha de base comum, regras de monitoramento e critérios para distribuição de benefícios.

INTEGRAÇÃO DE PROJETOS LOCAIS A PROGRAMAS JURISDICIONAIS

ABORDAGEM ANINHADA
redução integrada de emissões

PROGRAMA JURISDICIONAL
nível nacional ou subnacional

reporte dos dados das
emissões

repasse e distribuição
de benefícios

PROJETOS LOCAIS



Princípios do aninhamento de projetos

O aninhamento se baseia em **princípios fundamentais** que buscam assegurar a integridade ambiental, justiça social e viabilidade econômica dos projetos REDD+:

- **Contabilidade unificada de carbono:** garante que as reduções de emissões dos projetos locais sejam somadas de forma consistente às contas jurisdicionais, evitando dupla contagem.
- **Prevenção de vazamento:** evita que o desmatamento seja deslocado (transferido) para outras áreas, fortalecendo a coerência das políticas de controle regional.
- **Salvaguardas sociais e ambientais:** asseguram o respeito aos direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, a proteção da biodiversidade e a transparência na gestão dos recursos.
- **Repartição equitativa de benefícios:** garante que comunidades e outras partes interessadas recebam compensações justas pelos resultados alcançados.

Para que os princípios do aninhamento sejam colocados em prática é indispensável o uso de **sistemas sólidos de Mensuração, Monitoramento, Relato e Verificação (MRV)**. Esses sistemas permitem acompanhar de

forma **transparente e verificável** os resultados de redução de emissões de gases de efeito estufa, tanto em projetos locais quanto em programas em maior escala. No nível dos projetos, isso envolve o uso de inventários florestais, medições de campo e imagens de satélite, que fornecem dados precisos sobre desmatamento evitado e regeneração florestal. Já em nível jurisdicional, são utilizadas plataformas ou sistemas nacionais e internacionais de monitoramento, que agregam informações territoriais para avaliar o desempenho geral da jurisdição e estabelecer os cálculos de linha de base e estoque de carbono nas áreas florestais.

Outro componente fundamental do aninhamento em programas JREDD+ é a **certificação dos projetos por padrões reconhecidos internacionalmente** que validam os métodos utilizados e permite que os créditos de carbono gerados sejam comercializados com credibilidade.

Após todas essas etapas, e com os projetos locais optando pelo processo de aninhamento, caberá à jurisdição responsável pelo programa JREDD+, a **distribuição dos benefícios gerados** e de acordo com um modelo acordado entre todas as partes interessadas.



TIPOS DE BENEFÍCIOS PARA PROJETOS ANINHADOS



PAGAMENTOS DIRETOS ÀS COMUNIDADES E ORGANIZAÇÕES LOCAIS

PSA - Pagamento por Serviços Ambientais



REINVESTIMENTO LOCAL EM INFRAESTRUTURA COMUNITÁRIA

escolas, postos de saúde, centros comunitários, entre outros



APOIO A CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

cooperativas, sociobioeconomia, agroflorestas, artesanato



RECURSOS PARA FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA

equipamentos e infraestrutura para monitoramento, formações de brigadas, entre outros



CAPACITAÇÃO TÉCNICA

em monitoramento por satélite, gestão financeira e governança territorial



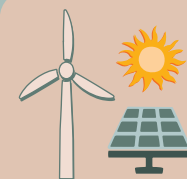
FORTALECIMENTO ORGANIZACIONAL

apoio a associações, ações de conselhos e de governança territorial



RECONHECIMENTO DE DIREITOS TERRITORIAIS

apoio a processos de demarcação e regularização fundiária



INFRAESTRUTURA

energia limpa, saneamento, conectividade (internet)



SEGURANÇA ALIMENTAR

apoio a roças e sistemas tradicionais de cultivos, agroflorestais e sementes



PROTEÇÃO CULTURAL

fortalecimento da memória e ensino de línguas, educação intercultural e transmissão de saberes

ADICIONALIDADE, PERMANÊNCIA E PREVENÇÃO DE VAZAMENTO

Em projetos de REDD+, três princípios fundamentais garantem a integridade ambiental dos resultados: adicionalidade, permanência e prevenção de vazamento. Estes princípios ajudam a assegurar que os créditos de carbono gerados por esses projetos representem benefícios reais e verificáveis.

Adicionalidade: *o que só acontece por causa do projeto*

A adicionalidade significa que as reduções de emissões obtidas não teriam ocorrido se o projeto REDD+ não existisse. Ou seja, o projeto precisa demonstrar que está evitando desmatamento ou degradação que de fato aconteceria em um cenário sem intervenção. Isso envolve comparar a situação atual com uma linha de base (ou cenário de referência) que projeta como a floresta seria impactada sem a ação do projeto. Se a floresta seria desmatada e, por causa do projeto, foi protegida, então os resultados são considerados adicionais.

Permanência: *manter a floresta protegida ao longo do tempo*

A permanência diz respeito à durabilidade dos resultados ambientais alcançados pelo projeto. Para que um crédito de carbono tenha valor climático, as emissões que foram evitadas, ou o carbono que foi estocado pela floresta precisa permanecer fora da atmosfera por um longo período. Isso significa que a floresta conservada

precisa continuar em pé, protegida de futuras ameaças como desmatamento, incêndios ou mudanças no uso da terra. Projetos REDD+ adotam estratégias de manejo territorial, vigilância comunitária, incentivos econômicos e mecanismos de compensação para garantir essa continuidade no tempo.

Prevenção de vazamento: *evitar o deslocamento do desmatamento*

Já a prevenção de vazamento se refere à necessidade de garantir que o desmatamento não seja simplesmente transferido para outra área como consequência da implementação do projeto. Por exemplo, se um projeto impede a derrubada de floresta em uma região, mas a atividade que causaria esse impacto (como expansão agropecuária ou extração madeireira) é deslocada para um território vizinho, o efeito real sobre o clima pode ser nulo.

Esses três princípios — adicionalidade, permanência e prevenção de vazamento — são essenciais para garantir que os créditos de carbono de projetos REDD+ representem benefícios reais, duradouros e ambientalmente íntegros. Sem eles, não há confiança de que os resultados reflitam, de fato, uma contribuição concreta para o combate à crise climática.



ADICIONALIDADE

RESULTADOS QUE NÃO ACONTECERIAM SEM O PROJETO



PERMANÊNCIA

O CARBONO PERMANECE ESTOCADO NO LONGO PRAZO



PREVENÇÃO DE VAZAMENTO

AÇÕES PARA EVITAR QUE O DESMATAMENTO SEJA DESLOCADO PARA OUTRA REGIÃO



Mecanismos do aninhamento

Para que o aninhamento funcione de forma transparente e eficaz, é necessário adotar alguns mecanismos-chave:

- **Padrões de certificação:** padrões, como o ART TREES, visto na Cartilha 4 desta série, são utilizados para garantir que os créditos de carbono gerados atendam a critérios como adicionalidade , permanência e prevenção de vazamento.
- **Contabilidade centralizada:** sistemas de registro integram os dados dos projetos locais com as metas da jurisdição, usando linhas de base comuns para evitar a dupla contagem de emissões.
- **Acordos de repartição de benefícios:** definem como os recursos financeiros gerados pelos créditos de carbono serão distribuídos entre governos, comunidades, organizações locais e outros atores envolvidos.

Esses mecanismos só funcionam bem com uma forte coordenação entre diferentes escalas de governança, desde comunidades locais até governos estaduais e federais, e com a aplicação de normas e diretrizes reconhecidas internacionalmente.





Implementação prática

Na prática, o aninhamento exige esforço conjunto de diversos atores e atenção a múltiplos detalhes técnicos e sociais:

- **Coordenação entre escalas:** é necessário alinhar os esforços de projetos locais com programas estaduais e nacionais, considerando diferentes formas de uso da terra, capacidades institucionais e dinâmicas participativas.
- **Sistemas de MRV integrados:** utilizar tecnologias como drones, imagens de satélite e sensores no campo para monitorar as florestas, combinando dados técnicos com processos participativos de validação pelas comunidades.
- **Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI):** é essencial que os Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais sejam consultados e deem seu consentimento antes da implementação dos projetos. A CLPI fortalece o protagonismo das comunidades e garante que seus direitos sejam respeitados.
- **Aplicação de salvaguardas e repartição justa:** transformar os princípios em ações concretas — por exemplo, relatórios acessíveis, conselhos de governança, fiscalização comunitária e mecanismos claros de distribuição de benefícios.

Por que o ANINHAMENTO é importante para PIPCTs?

- Reconhece oficialmente as contribuições locais
- Facilita acesso a financiamento e mercados internacionais
- Melhora a repartição justa de benefícios
- Fortalece a governança territorial e a participação das comunidades
- Garante justiça e inclusão, reduzindo riscos de exclusão e dupla contagem



Desafios técnicos e institucionais do aninhamento

Embora o aninhamento de projetos traga muitos benefícios, sua implementação enfrenta diversos desafios:

- **Complexidade técnica:** alinhar diferentes metodologias de contabilidade de carbono — dos projetos locais às metas jurisdicionais — exige conhecimento especializado, sistemas compatíveis e dados de alta qualidade.
- **Distribuição de benefícios:** garantir que os recursos gerados pelos créditos cheguem de forma justa às comunidades locais continua sendo um dos maiores desafios. Muitas vezes, há desigualdade na negociação e na definição dos critérios de repasse.
- **Coordenação entre múltiplos atores:** governos, comunidades, empresas e ONGs precisam trabalhar juntos, o que pode gerar conflitos de interesse ou disputas de autoridade, especialmente em áreas com governança frágil ou conflitos fundiários.
- **Sustentabilidade financeira:** manter sistemas de monitoramento, capacitar atores locais e garantir a continuidade dos projetos requer investimentos permanentes. A dependência de financiamento externo pode ameaçar a continuidade das ações no longo prazo.

- **Reconhecimento e respeito aos direitos territoriais:** a ausência de demarcação e a pressão de atividades ilegais como grilagem, mineração e desmatamento fragilizam a base para o sucesso do aninhamento.
- **Confiança e transparência:** a falta de clareza sobre recursos, critérios de repartição e tomada de decisão pode gerar desconfiança nas comunidades e comprometer a legitimidade do processo.
- **Risco de captura política ou empresarial:** governos ou empresas podem tentar concentrar os benefícios ou o poder de decisão, reduzindo o protagonismo das comunidades locais.
- **Integração com políticas públicas:** sem alinhamento com políticas nacionais de clima, agricultura e desenvolvimento sustentável, os projetos aninhados podem perder força ou até gerar contradições.
- **Fatores socioambientais externos:** incêndios florestais, mudanças climáticas, pressões de mercado e atividades ilegais impactam a permanência e a segurança dos resultados, mesmo quando os projetos estão bem estruturados.

Considerando todos esses elementos, para que esse sistema funcione de forma justa e eficaz, é crucial que haja uma coordenação transparente entre governos, comunidades, organizações locais, setor privado e parceiros técnicos, garantindo que os diferentes atores estejam alinhados em relação às metodologias, direitos e responsabilidades, e que os benefícios sejam distribuídos de maneira equitativa. **O sucesso do aninhamento depende diretamente desse alinhamento político, técnico e institucional.**



GOVERNANÇA PARTICIPATIVA



PARTICIPAÇÃO ATIVA

- Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) em todas as etapas
- Escuta das comunidades sobre regras, prioridades e benefícios

TRANSPARÊNCIA

- Acesso a informações sobre recursos, créditos e resultados
- Reuniões e relatórios abertos e de fácil compreensão

INCLUSÃO

- Representantes de Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais nas decisões
- Garantia de espaço para lideranças locais, incluindo mulheres, jovens e anciãos/anciãs

TOMADA DE DECISÕES COLETIVAS

- Conselhos ou comitês que reúnem governo, comunidades e sociedade civil
- Processos claros para resolver conflitos e distribuir benefícios



**Caso
prático**



Visión Amazonía (Colômbia): programa nacional que aninhou diversos projetos locais de conservação na Amazônia colombiana a um programa de REDD+ Jurisdicional. O alinhamento com a política nacional permitiu o acesso a financiamento internacional e contribuiu para o reconhecimento dos territórios indígenas como áreas estratégicas de conservação.

Esse exemplo mostra que o sucesso do aninhamento depende de uma combinação entre **governança participativa, recursos adequados e adaptação às realidades locais**. Também evidenciam a importância de integrar conhecimentos tradicionais e científicos na construção das soluções.



**Perspectivas
futuras**

O aninhamento tende a ganhar ainda mais importância nos próximos anos, à medida que:

- **Mercados de carbono se expandem:** a entrada de créditos aninhados em mercados regulados, como os previstos no Artigo 6 do Acordo de Paris, pode atrair mais investimentos e ampliar a escala das ações.
- **Tecnologias avançam:** o uso de inteligência artificial e sensoriamento remoto facilita o monitoramento em múltiplas escalas, tornando os processos de MRV mais eficientes e acessíveis.
- **Capacitação aumenta:** investir na formação técnica e política de comunidades e governos locais será essencial para fortalecer a governança e garantir maior autonomia na gestão dos projetos.
- **Integração com políticas públicas:** alinhar os projetos a programas de desenvolvimento sustentável, combate à pobreza e valorização da sociobiodiversidade pode ampliar os impactos positivos do aninhamento.

O futuro de processos de aninhamento bem-sucedidos em programas JREDD+ dependerá não só da cooperação internacional e do reconhecimento dos direitos dos Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais, mas também do fortalecimento da governança, da participação efetiva das comunidades, da transparência na repartição de benefícios e do alinhamento com políticas públicas. Esses elementos serão decisivos para que o aninhamento contribua com a justiça climática, valorização da sociobiodiversidade e resultados duradouros.





REFERÊNCIAS

- Hansen, M. C., Potapov, P. V., & Moore, R. (2013). High-Resolution Global Maps of 21st-Century Forest Cover Change. *Science*, 342(6160), 850–853.
- Nepstad, D., Soares-Filho, B. S., & Merry, F. (2013). The End of Deforestation in the Brazilian Amazon. *Science*, 326(5956), 1350–1351.
- Pedroni, L., Dutschke, M., & Streck, C. (2013). Nesting REDD+ Projects. *Climate Policy*, 13(2), 253–270.
- Soares-Filho, B. S., Nepstad, D. C., & Curran, L. M. (2010). Modelling Conservation in the Amazon Basin. *Nature*, 440(7083), 520–523.
- Sunderlin, W. D., Larson, A. M., & Duchelle, A. E. (2015). Forest Tenure and REDD+. Center for International Forestry Research (CIFOR).

- UNFCCC. (2010). Cancun Agreements. United Nations Framework Convention on Climate Change.
- VCS. (2023). Verified Carbon Standard Guidelines. Verra.



